

HISTÓRIA RECENTE DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA E DA SEXUALIDADE NO CONTEXTO DA REALIDADE BRASILEIRA

VANDIRA MARIA DOS SANTOS PINHEIRO

A sexualidade humana em geral é, ainda hoje no Brasil, um dos domínios mais obscuros e menos estudados no campo das Ciências Humanas, dentre outros aspectos, em virtude dos mitos, tabus e tradições que envolvem temas afins nas revisões de referências bibliográficas.

O início da década de 60 no Brasil foi marcado por um período de instabilidade política, com um sistema partidário frágil e a grande presença das forças armadas nas decisões do governo. Por outro lado, havia facilidade na organização sindical e liberdade de imprensa e outras formas de expressão. O movimento estudantil era representativo, tendo sido influenciado pelos acontecimentos ocorridos nos EUA e Europa, como o fenômeno do *rock'n'roll*, movimento comportamental de forte conteúdo crítico.

Embora o golpe de 1964 tivesse instituído a censura, a cassação de políticos e a perseguição a líderes de movimentos sociais, tais movimentos mantiveram-se intensos até 1968, quando ainda havia certa margem de liberdade de expressão.

Nessas circunstâncias, considera-se que nos anos sessenta as inferências dos movimentos de jovens e mulheres, contestadores dos padrões socioculturais vigentes com ideais de liberdade, paz e igualdade entre os sexos, em países como os EUA, França e Inglaterra contribuíram para a liberação sexual no país.

Em 1969 foi decretado o Ato Institucional nº 5, agravando-se o período de exceção política. A partir daí, o regime militar inibiu qualquer movimento de crítica ou contestação.

Durante a década de 70, o regime se manteve através da repressão aos movimentos sociais, do veto à informação e divulgação de idéias (recrudescimento

da censura). A sociedade passava a viver uma fase de alienação política.

Nesse momento, segundo Barroso & Bruschini (1982, p. 23) em matéria de educação sexual:

“Houve um retrocesso que acompanhou a ‘onda’ de puritanismo que invadiu o país [...] e que se manifestou, principalmente, pela intensificação do rigor da censura”.

A partir de meados da década de 70, durante o governo Geisel, teve início o processo de abertura política. O regime militar encontrava dificuldades nos campos político e econômico, dentro e fora do país. Este momento conjuntural do país determinou uma proposta política que pretendeu ser conciliatória: uma reabertura política (e econômica) lenta e gradual.

Assim, gradativamente, a censura aos meios de comunicação era afrouxada, bem como diminuíram o controle e a repressão aos movimentos populares e sindicais. Um reflexo disso foi o crescimento junto à sociedade da luta pela anistia dos presos e exilados políticos, culminando com a promulgação da lei de anistia em 1979, durante o governo Figueiredo. A partir desse momento, ex-líderes e integrantes de grupos políticos retornaram do exílio influenciados pelas idéias da nova esquerda europeia, como a social-democracia sueca, trazendo para a agenda do debate público questões até então não consideradas relevantes, como meio ambiente, minorias e sexualidade. Com o destaque conferido aos ex-exilados, estes tiveram o poder de ampliar o foco das discussões políticas, acrescentando aos temas clássicos (questão agrária, relação do Brasil com o capital estrangeiro, sindicalismo) outros relacionados ao momento: o negro no Brasil, a emancipação da mulher, a organização das associações de bairros, as questões do corpo e da sexualidade.

Entretanto, não se pode deixar de mencionar, a questão da educação sexual na escola já havia sido instituída anteriormente. De acordo com a Lei de Dire-

*A educação sexual,
nos anos 80, é
influenciada pela
abertura política por
que passou o país.*

trizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus no Brasil – Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 – cria-se a disciplina Programas de Saúde, de inclusão obrigatória nos currículos plenos de 1º e 2º graus, cuja fundamentação se dá através do Parecer nº 2.264 (Brasil, Conselho Federal de Educação [CFE], 1974), que sistematiza e organiza a Educação em Saúde na escola. A partir deste Parecer, surgem guias curriculares em diferentes sistemas de ensino e publicações de livros com conteúdos relacionados à saúde e à educação sexual.

Vale acrescentar que o Parecer nº 2.264/74 do CFE orienta no sentido de se incluir a educação sexual apenas no ensino de 2º grau.

“Já os alunos do 2º grau [que já são púberes] devem [...] adquirir noções sobre a segurança no trabalho, na escola, nas diversões, primeiros socorros, além de conhecimentos referentes à evolução puberal, educação sexual, gestação, puericultura e saúde mental.

[...] Além disso, poder-se-á acrescentar noções de doenças ou desvios dos padrões de normalidade, ações de tóxicos e efeitos da poluição do meio ambiente. E, ainda neste nível, que devam ser estudadas noções de devenereologia [grifo nosso] e suas implicações sociais”. (p.72-73)

A educação sexual, nos anos 80, é influenciada pela abertura política por que passou o país no início da década. O abrandamento da censura em termos de informação sexual para jovens e crianças é ressaltado por Rosemberg (1985, p.16).

“[...] não se pode esquecer que o fim dos anos 70 foi pontuado por um abrandamento geral da censura oficial e oficiosa em matéria de informação sexual para crianças e jovens. Um bom exemplo [...] pode ser buscado na literatura infanto-juvenil de uso paradidático, onde não só encontramos novos livros especificamente sobre sexualidade destinados ao público infanto-juvenil [principalmente traduzidos], mas também a inclusão dos temas sexuais em textos literários. Esta inclusão constitui novidade, pois [...] nossa literatura infanto-juvenil era absolutamente àssexuada”.

Ao mesmo tempo, a chamada “liberação sexual” trazia mudanças no comportamento. Questionavam-se tabus, preconceitos e posturas conservadoras. O “sexo” aparecia nos filmes do cinema, nas revistas e até em artigos de lojas especializadas (os *sex-shops*). Na televisão, Marta Suplicy falava de sexo, ainda que por apenas cinco minutos diários, em um programa novo: TV Mulher. A mulher passava a obter mais espaço no mercado de trabalho, conquistando maior autonomia financeira e social. A difusão da pílula anticoncepcional e da prática do aborto (ilegal, porém de fácil acesso) também contribuíram para a liberação sexual da mulher.

Embora se tenha liberado o sexo, as repercussões deste fato não podem ser necessariamente consideradas positivas no que tange à sexualidade do jovem. Idéia semelhante compartilha Ribeiro (1990, p. 15), ao declarar que:

“A liberação sexual, decorrente de um afrouxamento do autoritarismo e das mudanças das normas e padrões culturais, leva a sociedade a um aumento da divulgação

de material que sugere diferentes modos de encarar a sexualidade e com ela lidar, sem que sejam preenchidas as necessidades dos jovens, perdidos entre uma moral até então repressora e uma nova conduta que diz ser liberal

e permissiva. Ambivalente e contraditória, a sociedade acaba limitando a expressão da sexualidade do jovem”.

Desta forma, tendo acesso às mais diversas fontes de informação e desinformação a respeito da questão sexual, o jovem dos anos 80 vivia um momento de transição, no qual novas regras e valores eram instituídos e confrontavam-se com os tabus, sentimentos de culpa e conflitos que traziam da infância.

Entretanto, o advento da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) na década de 80, dada a sua letalidade, reacendeu em toda a sociedade a importância de se educar sexualmente. E a questão da educação sexual na escola estava novamente em pauta, tal como assinala Barroso & Bruschini (1990, p.8).

“É uma pena que a legitimidade desse tema, que até pouco tempo se justificava, em alguns programas, pela necessidade de evitar gestações precoces e indesejáveis, mais uma vez seja dada pelo caráter preventivo da educação sexual”.

Evidentemente, a questão da AIDS mantém séria implicação com a sexualidade na medida em que interfere no comportamento sexual de toda a sociedade atual. O medo de contrair a doença vem afetando as relações entre as pessoas, não apenas no nível sexual mais íntimo como também no convívio social cotidiano onde, por ignorância, são discriminados portadores do vírus de imunodeficiência humana (HIV) e doentes propriamente ditos. Ao mesmo tempo, porém, a AIDS tem possibilitado um repensar a respeito da sexualidade e isto pode representar avanços positivos neste campo. Inicialmente associada aos chamados grupos de risco, a doença alastrou-se por outros segmentos e hoje atinge homens, mulheres e crianças indistintamente, de tal modo que não se fala mais em grupos e sim em comportamentos de risco. Em virtude desses fatos, a sociedade se viu forçada a explicitar seus medos e preconceitos mais profundos sobre a sexualidade em função de um medo e um preconceito menores, relativos ao fenômeno AIDS. Idéias e práticas até então desprezadas, ocultadas, discriminadas tornaram-se temas presentes, constantes.

Se, como exemplo, tomarmos a homossexualidade como um tema que obrigatoriamente veio à tona a partir do advento da AIDS, podemos tecer alguns comentários que apontam para um novo modo de pensar acerca do sexual. De início, a AIDS esteve quase que completamente associada aos homossexuais masculinos. Câncer-gay, peste-gay, assim era conhecida a misteriosa doença que aparecia nos EUA em fins dos anos 70. No Brasil, os primeiros casos foram detectados no início da década de 80, especialmente em homossexuais, bissexuais masculinos e usuários de drogas injetáveis. Logo se identificaram os principais modos de transmissão da doença, a sexual e a sanguínea (principalmente por uso de drogas endovenosas).

*A questão da liberdade
é muito mais uma
dimensão educativa,
devidamente dignificada
e exigente.*

Nesta circunstância, pode-se imaginar a culpabilização que se lançou sobre os homossexuais, um grupo historicamente estigmatizado. Idéias e práticas sexuais adotadas por vários grupos sociais, naquele momento consideradas perigosas pois expunham à contaminação, foram relacionadas à conduta homossexual, provavelmente porque assim seria permitido falar sobre elas. Se o que se fazia em termos de sexo era anormal e por isso pegava-se AIDS, então, para evitar a doença, precisava-se falar do que era anormal, ainda que usual. Mas como pessoas “normais” falariam sobre promiscuidade, sexo oral, sexo anal e outras práticas (aparentemente) desconhecidas? A resposta foi encontrada atribuindo todas as condutas “anormais” àqueles que já eram “anormais por natureza”: os homossexuais.

Entretanto, logo o problema da AIDS atingia cada vez mais pessoas, independente de classe social, idade, religião, profissão, sexo ou orientação sexual. O foco da questão se ampliava e embora os homossexuais ainda sejam considerados os responsáveis pela disseminação da doença no princípio dos anos 80, já não se fala mais em grupo de risco. Aliás, podemos perceber alguns avanços no que tange à sexualidade e que, de certa forma, são influências positivas advindas do aparecimento e da disseminação da AIDS, tais como a desmistificação de comportamentos, opções e práticas sexuais ou ainda a abertura para a conversa franca entre jovens e educadores, pais e trabalhadores acerca da temática sexual. A respeito desse último aspecto, convém estarmos atentos para as palavras de Nunes (1987, p. 78-79):

“Importa-nos, além dos cuidados que logicamente exige a questão, manter séria vigilância para que a doença não seja o veículo, velado ou explícito, da discriminação social dos padrões estereotipados, dos preconceitos e de toda repressão sexual histórica. Uma coisa é considerar o fenômeno da AIDS como uma questão de saúde e higiene e outra é fazer destas causas a forma mais cabal do moralismo, da culpabilização social e do interdito. A questão da liberdade é distinta do medo ou da culpa, ou ainda da conotação moralista. É muito mais uma dimensão educativa, devidamente dignificada e exigente, que o mundo pode, por caminhos inversos, descobrir no momento histórico atual”.

No final da década de 80, a epidemia da AIDS alastrou-se no Brasil. Em 1991, o então Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, em discurso proferido no I Congresso Nacional sobre a saúde do adolescente, no Rio de Janeiro, ao abordar em discurso proferido o tema “A presença da educação sexual no currículo escolar”, afirmou que: “a educação preventiva é um problema da competência do Ministério da Educação”. E assim justifica o seu ponto de vista:

“Embora não se tenha uma avaliação deste tipo de procedimento preventivo, sabe-se que educar não é simplesmente informar ou transmitir conhecimentos, mas implica a preparação do indivíduo para a vida, através de um processo de modificação de atitudes, capaz de despertar e canalizar nos indivíduos seu potencial de humanização [...] É necessário, portanto, levar a escola a

enfrentar a questão da educação em saúde, sem preconceitos estereotipados, através de estratégias educacionais que transcendam o mero informar e sejam capazes de promover nos adolescentes a reflexão crítica dos valores

e atitudes, baseada na informação correta que possibilite escolhas livres, conscientes e responsáveis”.

No mesmo pronunciamento, o ex-Ministro da Educação frisou que um programa bem estruturado é fundamental para que se evitem influências negativas e retrógradas, que acabam impedindo a institucionalização de propostas dessa natureza. Comentou que um projeto bem fundamentado derruba alegações de que existe falta de pessoal capacitado para orientar adequadamente a educação sexual do jovem e vence a resistência de “moralistas” que interpretam a educação sexual e reprodutiva como forma de incentivar a licenciosidade dos costumes.

Ao finalizar o discurso, Chiarelli fez referência ao amparo legal que a Portaria nº 678, de 14 de maio de 1991, oferece ao sistema de ensino, em todos os níveis e modalidade [grifo nosso], visto que “permite a inclusão nos currículos das diferentes disciplinas de temas atuais e contemporâneos”.

Das resoluções presentes na Portaria, destacamos a primeira, que confirma o fato assinalado por Chiarelli:

“1. Os sistemas de ensino em todas as instâncias, níveis e modalidades contemplem, nos seus respectivos currículos, entre outros, os seguintes temas ou conteúdos referentes à: (a) prevenção do uso indevido de substâncias psicoativas; (b) educação ambiental; (c) educação no trânsito; (d) educação do consumidor; (e) prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS [grifo nosso]; (f) prevenção de acidente no trabalho; (g) defesa civil; (h) relação contribuinte-Estado; e (i) educação em saúde [grifo nosso]”.

A Portaria prevê que não há necessidade de se criarem novas disciplinas para o tratamento desse temas ou conteúdos na escola, mas estes devem permear todo o currículo “nos diferentes níveis e modalidades de ensino, ajustando-se, por isso, à idade do estudante e ao nível de aprendizado”. Prevê, também, que os currículos devem adequar-se às determinações da Portaria, a partir de 1991. O ex-Ministro Chiarelli comentou, ainda, que os dados estatísticos comprovam a mudança dos padrões de comportamento sexual entre os adolescentes, o que sugere uma certa urgência na implantação da educação preventiva.

O Ministério da Educação e do Desporto tem apresentado as seguintes iniciativas recentes relacionadas às diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade:

- institui pela Lei nº 8.642 de 31/3/93 o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – PRONAICA, coordenado pelo referido Ministério e gerenciado pela Secretaria de Projetos Educacionais Especiais;

- cria através da Portaria nº 122 de 01/3/93 o Comitê Nacional de Educação Preventiva Integral — CONEPI.

A educação sexual, pelo referido Ministério:

“está voltada para a melhoria da qualidade de vida do

*Os pais devem ser
informados sobre os
pressupostos e objetivos
do trabalho de
orientação sexual.*

indivíduo e da coletividade. Ela utiliza os grandes ensinamentos da Educação Preventiva Integral e, através da expressão de um comportamento sexual sadio, procura combater, de modo efetivo, a gravidez indesejável, a transmissão das DSTs/AIDS, ao mesmo tempo em que fortalece o indivíduo contra a ilusão do uso das drogas, estimulando a criação de valores positivos de convivência. A família, a escola e a sociedade são as instituições básicas para o desenvolvimento das ações educativas”.

Operacionalmente, segundo as diretrizes sugeridas pelo referido Ministério, um Programa de Educação Sexual deve realizar as seguintes atividades:

1. “Diagnosticar previamente as necessidades e expectativas do público-alvo;
2. Considerar a população-alvo dentro de um contexto histórico, sociocultural e econômico;
3. Considerar a sexualidade dentro de uma visão biopsicossociocultural;
4. Não apenas identificar e convocar a escola, mas motivá-la e prepará-la para assumir o papel que lhe é reservado;
5. Do programa de capacitação fazer constar temas como:
 - Anatomofisiologia da sexualidade e da reprodução;
 - Noções de planejamento familiar;
 - Sexualidade e drogas;
 - Doenças Sexualmente Transmissíveis e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (DST/AIDS);
 - Visão histórico-cultural da sexualidade;
 - Sexualidade da criança e do adolescente;
 - Identidade e papéis sexuais;
 - Disfunções, desvios e inadequações sexuais;
 - Preconceitos, mitos e credências sexuais;
 - Sexualidade, família e cidadania;
 - As dimensões do amor.
6. Iniciar o Programa de Educação Sexual na pré-escola, prosseguir no 1º e 2º graus, estender-se ao 3º grau e contemplar o ensino profissionalizante, cursos supletivos e outros;
7. Fazer uso de estratégias educacionais que transcendam o mero informar;
8. Estimular a integração dos professores entre si e com os alunos, e da escola com a família e a comunidade;
9. Realizar, paralelamente à execução do programa, uma avaliação criteriosa do processo e de sua metodologia de implementação;
10. Prever a estruturação de um sistema permanente de acompanhamento do programa;
11. Buscar a integração de esforços entre os setores público e privado, através de parceria em nível local e nacional”.

Outra iniciativa importante recentemente lançada no Brasil foi o *Guia de Orientação Sexual* (1995), resultante da adaptação do material americano *Guideline for Comprehensive Sexuality Education Kindergarten — 12th grade* (1991), usado para os níveis primário e secundá-

rio. Este trabalho é resultante do esforço coletivo de várias organizações não-governamentais e entidades oficiais.

Este guia foi testado em algumas regiões brasileiras e dedica-se ao público de pré-escola ao 2º grau, utilizando seis conceitos fundamentais que abordam os conteúdos científicos, a realidade sociocultural brasileira e valores pluralistas relacionados à sexualidade humana. Estes seis conceitos nucleares dos temas são os seguintes: desenvolvimento humano; relacionamentos; comunicação; comportamento sexual; saúde sexual e sociedade e cultura.

A metodologia participativa é indicada pelo referido *Guia* e se caracteriza, resumidamente pelos seguintes aspectos:

“O trabalho de orientação sexual nas escolas implica planejamento e ação pedagógicas sistemáticas, o que envolve espaço no currículo escolar. Não se trata de fenômeno episódico, como uma palestra ou uma semana especial de atividades, mas de abrir o canal para o debate permanente com crianças e adolescentes acerca das questões da sexualidade. A contrapartida é o estudo e a preparação contínua dos educadores envolvidos na tarefa, com trabalho de supervisão sistemática por especialistas ou profissionais com maior experiência na área”.

Os pais devem ser informados sobre os pressupostos e objetivos do trabalho de orientação sexual, o que pode ser feito através de reuniões, entrevistas ou comunicações por escrito. A compreensão dos pais sobre a importância do trabalho com a sexualidade infantil e adolescente fortalece o trabalho de orientação sexual e pode abrir novas perspectivas de diálogo na própria família.

Pode-se concluir que atualmente, do ponto de vista legal, há um esforço conjunto das Organizações Governamentais (OG's), das Organizações Não-Governamentais (ONG's), Agências, Entidades e Associações de viabilizar propostas concretas de Educação em Saúde nas áreas da sexualidade, drogas e meio ambiente, dentre outras. Entretanto, a Educação em Saúde Sexual, sobretudo não deve se restringir à transmissão de conhecimentos e valores já estabelecidos mas questionar esses valores, costumes e formas de condutas visando a modificação de modelos estabelecidos.

O contexto atual tem demonstrado aos profissionais de Educação, Saúde e à sociedade em geral a necessidade de um aprofundamento no estudo da sexualidade e a proposição de um trabalho educativo interdisciplinar para que as questões relacionadas ao desenvolvimento emocional e sexual sejam abordadas claramente, sem falsos pudores, e os envolvidos nesse processo possam refletir sobre sua própria vida íntima e a importância de sua relação com o outro e com o mundo.

Em matéria de sexualidade o “bom” é tudo aquilo que possa nos tornar cada vez mais autônomos e solidários nas escolhas que fazemos, respeitando as escolhas do outro; o “mau” é tudo o que compromete esta liberdade de escolha e de decisão. Este critério permite julgar se a forma liberal ou tradi-

O limite do "permitido"
e do "proibido"
não está escrito
de maneira
definitiva.

onal com que tratamos a problemática da sexualidade é ou não produtiva para o desenvolvimento da pessoa humana. Como todo costume sexual é historicamente construído, não há como determinar de forma radical o que é certo ou errado. O que aprovamos como "certo" é o que beneficia a imagem do sujeito moral que queremos manter. O que desaprovamos é o que vai de encontro a esta imagem idealizada. É deste modo que aprendemos a reconhecer quais atitudes são intolerantes e preconceituosas e quais os conhecimentos, as atitudes e as práticas que precisam ser discutidas ou ensinadas, cultivadas ou reproduzidas.

A discussão deve continuar acompanhando as transformações por que passam as normas morais. O limite do "permitido" e do "proibido" não está escrito de maneira definitiva, seja na ciência, na tradição, ou na modernidade das atuais aspirações. Tudo está permanentemente sujeito à revisão, pois cada grupo e cada sociedade cria a sexualidade que pode, de forma situada e datada.

RESUMO

O presente artigo constitui a panorâmica da produção científica sobre a educação sexual escolar e a sexualidade no contexto político-cultural da realidade brasileira, no período de 1960 a 1993. Tem como principal objetivo refletir sobre as idéias presentes na legislação de ensino que recomenda a inclusão nos currículos de temas relacionados à saúde, como, por exemplo, sexualidade, orientação

sexual/educação sexual. A autora cita as leis e diretrizes gerais, como também algumas limitações e lacunas existentes nessas temáticas. Esse referencial está direcionado aos profissionais de saúde e educação,

ao pesquisador e orientador sexual e outros como marco teórico básico para a fundamentação das práticas pedagógicas em saúde.

Unitermos: educação em saúde sexual, educação sexual escolar, orientação sexual, sexualidade.

SUMMARY

This article presents a panoramic view of sexual education at school and sexuality in the Brazilian way of life from 1960 to 1993 in a cultural and political context. It is aimed at making reflections on the current ideology in educational laws, which advocates the inclusion of themes such as sexuality and sexual trend on curricula. The author refers to laws and general directives, as well as to drawbacks in this topic. This material is aimed at health and education providers, sexuality researchers, counselors and others, as a basis to pedagogical practices in the public health sector.

Key words: sexual health education, sexual education at school, sexual trend, sexuality.

Endereço para correspondência:
VANDIRA M. S. PINHEIRO
Universidade Federal Fluminense
MIP/CMB/CCM - Setor de DST
R. Hernani Mello 101 - Anexo
CEP 24210-130 - Niterói-RJ

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARBIRATO, N.A. et al. - *Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia* (Trad. e adaptação Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual; Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS; Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana. 5ª ed., São Paulo, Casa do Psicólogo, 1994.
2. BARROSO, C. & BRUSCHINI, C. - *Educação sexual: debate aberto*. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
3. _____. *Sexo e juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola*. São Paulo, Cortez, 1990.
4. BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 5.692/71. *Diário Oficial*, 12 de agosto de 1971.
5. _____. Conselho Federal de Educação (CFE). Parecer nº 2. 224. *Documenta*, 165, 1974.
6. _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. *Diretrizes para uma política educacional em sexualidade*. Brasília: MED/SEPESPE, 1994.
7. CHIARELLI, C. - *Conferência pronunciada no I Congresso Nacional: Saúde do adolescente*. Academia Nacional de Medicina, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1991.
8. NUNES, C.A. - *Desvendando a sexualidade*. Campinas, Papirus, 1987.
9. RIBEIRO, P.R.M. - *Educação Sexual: além da informação*. São Paulo: EPU, 1990.
10. ROSEMBERG, F. - Educação sexual na escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 53, p. 11-9, maio/1985.



unimed
SÃO GONÇALO - NITERÓI